

GEOGRAFIA: Ambiente, Educação e Sociedades GeoAmbES



ARTIGO

ASPECTOS GERAIS DE UMA COMUNIDADE PERIURBANA EM MANAUS-AM

*Aspectos gerais de uma comunidade
periurbana em Manaus-AM*

*General Aspects of a Peri-Urban Community in
Manaus, Amazonas (AM)*

Joanne Régis da Costa

Mestre em Ecologia pelo Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA). Pesquisadora da Embrapa Amazônia Ocidental.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6089-944X>

E-mail: joanne.regis@embrapa.br

Francisco Pinheiro da Silva

Técnico especialista em Mandioca pelo IFAM (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas). Ex-bolsista da Embrapa Amazônia Ocidental.

ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-0643-0655>

E-mail: fpinheiro.nps@gmail.com

Fernanda Tavares da Costa-Santos

Doutora em Desenvolvimento Sustentável pela NAEA (Núcleo de Altos Estudos Amazônicos) da Universidade Federal do Pará (UFPA).

Professora da Universidade Federal do Amazonas (UFAM).

ORCID: <https://orcid.org/0009-0004-0138-2335>

José Edison Carvalho Soares

Mestre em Engenharia de Produção pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM zona leste).

ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-6825-4327>

Como citar este artigo:

COSTA, J.R.; SILVA, F.P.; COSTA, F.T.; SOARES, J.E.C. Aspectos gerais de uma comunidade periurbana em Manaus-AM. **GEOGRAFIA: Ambiente, Educação e Sociedades – GeoAmbES**, jan./jun. v. 3, n. 7, p. 48-67, 2025.

Disponível em:

<https://periodicos.unemat.br/index.php/geoambes/index>

Volume 3, número 7 (2025)

ISSN 2595-9026

ASPECTOS GERAIS DE UMA COMUNIDADE PERIURBANA EM MANAUS-AM

Aspectos gerais de uma comunidade periurbana em Manaus-AM

General Aspects of a Peri-Urban Community in Manaus, Amazonas (AM)

Resumo

Este estudo apresenta um panorama sobre a Comunidade Brasileirinho, localizada na zona periurbana de Manaus, no Estado do Amazonas, Brasil. A análise aborda os principais aspectos relacionados à urbanização, atividades produtivas, estratégias de enfrentamento dos desafios, demandas e oportunidades, com base em dados e entrevistas com moradores. O objetivo é contribuir para a compreensão da dinâmica socioespacial, econômica e ambiental da área, a fim de subsidiar ações de desenvolvimento sustentável e políticas públicas para inclusão social.

Palavras-chave: Urbanização. Sustentabilidade. Comunidade. Políticas públicas.

Abstract

This study presents an overview of the Brasileirinho Community, located in the peri-urban area of Manaus, in the State of Amazonas, Brazil. The analysis addresses the main aspects related to urbanization, productive activities, strategies for facing challenges, demands and opportunities, based on local data and interviews with residents. The objective is to contribute to the understanding of the socio-spatial, economic and environmental dynamics of the area, in order to subsidize sustainable development actions and public policies for social inclusion.

Keywords: Urbanization. Sustainability. Community. Public policies.

Resumen

Este estudio presenta una visión general de la Comunidad Brasileirinho, ubicada en el área periurbana de Manaus, en el Estado de Amazonas, Brasil. El análisis aborda los principales aspectos relacionados con la urbanización, las actividades productivas, las estrategias para enfrentar los desafíos, las demandas y las oportunidades, a partir de datos y entrevistas a los residentes. El objetivo es contribuir a la comprensión de las dinámicas socioespaciales, económicas y ambientales de la zona, con el fin de subsidiar acciones de desarrollo sostenible y políticas públicas de inclusión social.

Palabras clave: Urbanización. Sostenibilidad. Comunidad. Políticas públicas.

Introdução

A Nova Agenda Urbana da ONU aponta que, até 2050, a população urbana do mundo vai praticamente dobrar, tornando a urbanização uma das tendências mais transformadoras do século 21 (Nações Unidas, 2016). O processo de urbanização acelerado e, muitas vezes, desordenado tem levado à expansão das cidades sobre áreas periféricas, resultando na formação de comunidades que, embora próximas aos centros urbanos, permanecem à margem das políticas públicas efetivas. O crescente movimento da urbanização, tem gerado muitos desafios como a segurança alimentar e a constituição de espaços de convivência intergeracional e intercultural em áreas urbanas (Hespanhol, 2019).

Manaus, capital do estado do Amazonas, é uma das principais cidades da região Norte do Brasil. Sua urbanização acelerada, impulsionada pelo Polo industrial da Zona Franca e pelo crescimento populacional, resultou na expansão da cidade, dando origem a diversas comunidades periurbanas, ocupadas principalmente de forma irregular, o que tem resultado em exclusão social e degradação ambiental.

As comunidades periurbanas ocupam um espaço singular na organização dos territórios, situando-se próximo às cidades. Entender essa realidade é fundamental para compreender dinâmicas de urbanização e pressão ambiental, bem como para o planejamento urbano nesses territórios híbridos que apresentam uma complexidade singular, tanto em termos socioespaciais quanto de gestão pública.

Este trabalho apresenta um panorama de uma comunidade periurbana (Brasileirinho), localizada em Manaus, no Estado do Amazonas. A análise aborda os principais aspectos relacionados à urbanização, atividades produtivas, estratégias de enfrentamento dos desafios, demandas e oportunidades, com base em dados e depoimentos locais.

Por meio deste estudo, intenciona-se contribuir para a compreensão da dinâmica socioespacial, econômica e ambiental da área e proporcionar um olhar estratégico sobre o presente e o futuro dessa comunidade, a fim de subsidiar ações de desenvolvimento sustentável e políticas públicas para inclusão social. Ao conhecer os principais obstáculos e formas de transformar essa área em um espaço mais sustentável, será possível contribuir para uma melhor qualidade de vida e um futuro mais justo e equilibrado para seus moradores.

Coleta de dados

Após consulta a publicações e documentos (livros, artigos científicos, comunicados técnicos, matérias jornalísticas, atas de reuniões, relatórios), entre outros, a pesquisa de campo foi realizada junto aos membros da Associação Produtora do Brasileirinho e a outros moradores da comunidade não associados, priorizando aqueles que vivem há mais tempo na comunidade.

Foram aplicadas entrevistas semiestruturadas com 15 pessoas e realizadas conversas informais, caminhadas transversais, visitas técnicas às propriedades e participação em reuniões da associação.

No presente trabalho, somente serão apresentados resultados da pesquisa qualitativa, a qual buscou identificar tendências, problemas e suas causas, soluções e potenciais da comunidade.

Urbanização e formação da comunidade Brasileirinho:

A comunidade Brasileirinho surgiu na década de 1990, por meio da ocupação de áreas de floresta, em uma área de expansão da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), ocupada de forma paulatina, sem qualquer planejamento urbano. Historicamente, grande parte da formação de Manaus tem acontecido dessa maneira, ou seja, baseada na invasão de áreas florestais e comercialização de lotes.

Comumente, tais ocupações são impulsionadas pela busca por moradia, especialmente diante do baixo poder aquisitivo da população que impede o acesso à habitação nos espaços mais centrais da cidade.

Além desta área da Suframa, parte da comunidade pertence a um assentamento da reforma agrária do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). As parcelas do assentamento têm de 20 a 80 hectares. Já aquelas localizadas na área da Suframa apresentam o tamanho único de 4 ha (100 x 400 m). Alguns moradores comercializaram uma fração de seu lote, permanecendo com uma área significativa do imóvel.

Atualmente, a comunidade Brasileirinho abriga cerca de 5.000 famílias. Além dos moradores fixos, há também um grande fluxo de pessoas que frequentam o local, principalmente nos finais de semana, especialmente para aproveitar os igarapés e balneários disponíveis como opções de lazer.

Principais Atividades Produtivas:

A base econômica da comunidade Brasileirinho é diversificada, embora marcada por limitações produtivas. A agricultura é predominantemente familiar, voltada para o sustento das famílias, com o excedente sendo comercializado localmente ou em feiras de Manaus. Segundo relatos dos próprios comunitários, os sistemas de produção possuem baixa produtividade e rentabilidade. Os cultivos mais comuns incluem hortaliças, plantas ornamentais, banana, mandioca, cupuaçu, coco, laranja e graviola. Além disso, há piscicultura (tambaqui, matrinxã, pirarucu), criação de tartarugas, criação de abelhas sem ferrão (meliponicultura), pesca artesanal, criação de suínos e aves e extrativismo de tucumã e buriti.

A economia local também conta com pequenos comércios (alimentos, roupas, calçados, utilidades); restaurantes, bares e mercados informais, profissionais autônomos do setor de serviços (cabeleireiros, mecânicos, encanadores, eletricitistas etc.).

Existem ainda pequenas indústrias e oficinas que produzem móveis, artigos de plástico, bijuterias, produtos artesanais e utilitários. Esses produtos são comercializados na própria comunidade ou em Manaus.

A comunidade é fortemente conectada ao núcleo urbano da capital amazonense. Muitos moradores têm sua renda principal a partir de empregos na capital, dada a proximidade entre os locais.

Recentemente, foi instalado na área o Distrito de Micro e Pequenas Empresas de Manaus (Dimicro) (fig.2), uma iniciativa da Prefeitura de Manaus em parceria com a Suframa. O objetivo é apoiar o desenvolvimento de micro e pequenas empresas e gerar mais de 400 empregos diretos (Suframa, 2023). No entanto, até o momento, nenhum membro da Associação Produtora do Brasileirinho é beneficiado direta ou indiretamente pelo Dimicro. A inserção da Associação Produtora do Brasileirinho no Dimicro será crucial para gerar novas oportunidades de trabalho e renda.

Figura 2: Distrito de Micro e Pequenas Empresas de Manaus.



Foto: Divulgação da Semcom da Prefeitura de Manaus, 2025.

Aspectos desafiadores:

A sistematização das informações obtidas permitiu mapear os principais aspectos que impactam a qualidade de vida dos moradores da comunidade Brasileirinho, um território fragilizado, mas com potencialidades a serem aproveitadas e fortalecidas, conforme a seguir:

Infraestrutura e serviços públicos:

Segundo a sra. Sílvia Rodrigues, presidente da Associação Produtora do Brasileirinho, a população não conta com postos de atendimento, sendo necessário o atendimento em unidades de saúde localizadas na cidade que, normalmente, são altamente demandadas. Recentemente foi instalado na sede da Associação um posto de atendimento para diagnóstico da malária. Em 2024, a região leste de Manaus apresentou o maior número de casos de malária, e a Estrada do Brasileirinho, na zona leste, foi uma das áreas com maior incidência.

Com relação à educação, existe apenas uma escola de nível fundamental e a comunidade está pleiteando a instalação de, pelo menos, uma escola de nível médio. A escola oferece a Educação de Jovens e Adultos (EJA), modalidade de ensino destinada a pessoas que não concluíram a educação básica na idade certa, seja por motivos socioeconômicos, culturais ou de saúde, entre outros.

A comunidade está excluída do sistema público de fornecimento de água por falta de infraestrutura. Os comunitários utilizam poços artesianos, cacimbas ou retiram

a água diretamente de igarapés. Já a coleta dos resíduos sólidos é feita somente no ramal principal. Devido a isso, alguns realizam a queima dos resíduos em suas propriedades ou fazem o descarte em locais públicos, em terrenos baldios, sem qualquer tipo de controle. O material reciclável, por sua vez, não costuma ser reaproveitado.

A comunidade recebe fornecimento de energia elétrica em quase sua totalidade, mas é instável. Além disso, a conectividade digital está disponível e é fornecida por várias operadoras, assim como por empresas fornecedoras de rede, mas o serviço também é instável, dificultando o desenvolvimento das atividades econômicas e o acesso a serviços online.

Com respeito à pavimentação, apesar de em janeiro de 2025, a Prefeitura de Manaus ter realizado a recuperação asfáltica de trechos críticos do Ramal do Brasileirinho, ainda há trechos na comunidade que necessitam de asfaltamento e calçamento.

Em termos de transporte público, verificou-se que a população enfrenta a escassez de linhas de ônibus disponíveis o que dificulta o deslocamento diário da população para a cidade. Essa limitação na mobilidade urbana é agravada pela precariedade das vias de acesso.

O governo do Amazonas, por meio da Secretaria de Estado de Infraestrutura (Seinfra), iniciou a implantação do Anel Leste, que vai interligar o Distrito Industrial de Manaus ao Aeroporto Internacional Eduardo Gomes. O projeto do Anel Leste prevê uma ligação de 17,6 quilômetros, sendo muito importante em termos de mobilidade urbana e de interligação do tráfego de veículos entre as zonas norte, leste e centro-sul de Manaus. Os moradores da Comunidade Brasileirinho serão beneficiados com o Anel Leste (Seinfra, 2025).

Um aspecto muito enfatizado nos depoimentos foi a segurança. Com efeito, o tráfico de drogas e as facções criminosas são fatores que levam à insegurança e têm dificultado a vida da população local.

Produção agrícola e regularização fundiária:

Os agricultores frequentemente relatam dificuldades relacionadas à regularização fundiária, à burocracia excessiva para acessar linhas de crédito e políticas públicas.

Alguns identificaram as condições precárias dos ramais como um obstáculo para o escoamento da produção agrícola até Manaus. Outros problemas citados incluem: dificuldade de acesso a novos mercados, falta de transporte para comercialização dos produtos, instabilidade nos preços agrícolas, limitações de mão de obra, baixa escala de produção, solos com baixa fertilidade e falta de recursos para a compra de insumos agrícolas.

Parte da área do Brasileirinho pertenceu ao Incra que titulou todos os assentados. Já na área de expansão da Suframa, a questão fundiária é um dos principais entraves existentes na comunidade. A área estava destinada à instalação de fábricas, mas foi ocupada paulatinamente por famílias provenientes principalmente da capital. Há registros de que a partir da década de 1990 a Suframa passou a realizar ações de regularização fundiária das parcelas em que se desenvolviam atividades produtivas (Matos et al., 2021). Ao longo desse tempo, outras famílias receberam o título, mas boa parte dos moradores é considerada “invasora” pela Suframa, apesar do cadastramento dos lotes onde se desenvolvem atividades agrícolas.

No ramal Uberê, existe um grande problema relacionado à ocupação da área. No momento, essa área é requerida por um particular, que entrou com uma ação na justiça estadual para reintegração de posse. Porém, essa a ação foi revertida por solicitação de um procurador da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), pois 5 famílias indígenas residem no local e não há comprovação da posse da área. Moram aproximadamente 95 famílias no local e alguns vivem há mais de 30 anos e reivindicam acompanhamento jurídico quanto à regularização fundiária de suas terras. Recentemente, segundo comunitários, casas e plantios foram queimados, viveiros de peixes e cercas de animais foram destruídos e houve até mesmo assassinatos. Os moradores fizeram um pedido formal de regularização fundiária junto à Defensoria Pública (CPT, 2024). Existem outros casos de ocupação de áreas de terceiros, um fenômeno diretamente ligado a questões sociais como o déficit habitacional, a desigualdade de renda, a especulação imobiliária e a ineficiência das políticas públicas de moradia.

Meio ambiente

O tipo de crescimento existente na área reflete um modelo de desenvolvimento urbano excludente, que gera paisagens marcadas pela segregação socioespacial e

exerce forte pressão sobre o meio ambiente, conforme aponta Araújo (2004). O avanço do parcelamento do solo e a ocupação desordenada frequentemente envolvem a derrubada de vegetação nativa para abrir espaço para novas edificações. Os igarapés do Brasileirinho, que são fundamentais para o abastecimento de água, frequentemente recebem esgoto doméstico não tratado e resíduos sólidos.

Em 2008, o desmatamento no Ramal do Brasileirinho apresentou índices baixos, pois a população era relativamente pequena e a floresta primária e as capoeiras prevaleciam na cobertura do solo. Naquele ano, a cobertura do solo apresentou 39,54% com vegetação primária; 20,80% com vegetação secundária; e 36,96% com solo exposto. Já em 2017 a vegetação primária foi reduzida a 32,19%, enquanto a vegetação secundária aumentou para 27,32% e o solo exposto para 38,45%. Apesar de grande parte dessa zona administrativa pertencer à Suframa, construções irregulares e o crescimento populacional tem caracterizado a comunidade (Matos et al., 2021).

Se não forem implementadas políticas de preservação ambiental, a degradação na área tende a aumentar. A promoção de atividades econômicas como turismo sustentável pode contribuir para a geração de trabalho e renda e para a preservação das áreas de floresta, especialmente das Áreas de Preservação Permanente.

Estratégias para enfrentamento de desafios

Os comunitários têm construído algumas estratégias para enfrentamento de seus desafios, tais como a formação de uma associação, o maior protagonismo das mulheres, mutirões comunitários e manifestações públicas, além da formação de redes de colaboração e parcerias.

Em comunidades periurbanas da Amazônia, como a comunidade Brasileirinho, as associações desempenham um papel fundamental na organização social e na mediação entre os moradores e o poder público. Em muitos casos, é somente por meio dessas organizações que as comunidades conseguem dialogar com o poder público, acessar programas governamentais e firmar parcerias com organizações da sociedade civil e universidades.

Segundo Santos (2006), as associações locais constituem formas de resistência e articulação coletiva frente às ausências do Estado em regiões periféricas e rurais. Essas organizações permitem canalizar demandas por infraestrutura,

serviços públicos e regularização fundiária, além de atuarem como instrumento de mobilização em torno de pautas produtivas e ambientais (Becker, 2009).

A Associação Produtora do Brasileirinho (APROB), fundada em 2 de outubro de 1997, é uma organização comunitária sem fins lucrativos localizada no Ramal do Brasileirinho, com atividades voltadas à produção agrícola e florestal e à defesa de direitos sociais. Atualmente, a associação está composta por cerca de 300 associados que costumam frequentar as atividades propostas pela diretoria. O valor da mensalidade é R\$ 20,00.

Há 28 anos, os associados têm articulado cursos de capacitação e mutirões comunitários, buscando criar oportunidades de geração de renda, embora muitas demandas ainda não sejam atendidas. De acordo com relatos de seus membros, a associação precisa ser fortalecida para aumentar sua capacidade de atuação diante dos desafios existentes.

Em comunidades periurbanas da Amazônia, como a comunidade Brasileirinho, as associações desempenham um papel fundamental na organização social e na mediação entre os moradores e o poder público. Em muitos casos, é somente por meio dessas organizações que as comunidades conseguem dialogar com o poder público, acessar programas governamentais e firmar parcerias com organizações da sociedade civil e universidades. Segundo Santos (2006), as associações locais constituem formas de resistência e articulação coletiva frente às ausências do Estado em regiões periféricas e rurais. Essas organizações permitem canalizar demandas por infraestrutura, serviços públicos e regularização fundiária, além de atuarem como instrumento de mobilização em torno de pautas produtivas e ambientais (Becker, 2009).

A presença da mulher nos processos produtivos rurais e comunitários é significativa e multifacetada na comunidade Brasileirinho. As mulheres lideram iniciativas vinculadas à associação, à produção de alimentos, à confecção de produtos artesanais, à manutenção da unidade doméstica, se dividindo entre responsabilidades familiares e comunitárias. A associação é liderada pela sra. Sílvia Rodrigues e mais quatro mulheres compõem a diretoria, num total de 12 membros. Sílvia adota um estilo de liderança mais participativo e tem procurado conciliar a vida pessoal, profissional e o engajamento social. Isso é um desafio significativo para quem precisa lidar com múltiplas responsabilidades.

Conforme afirmam Morris e Simonian (2006), as mulheres atuam em praticamente todos os espaços do trabalho polivalente, exercendo funções fundamentais para a sustentabilidade econômica e social das comunidades. Mesmo com esse nível de envolvimento, sua contribuição segue, muitas vezes, invisibilizada ou socialmente desvalorizada. O reconhecimento do protagonismo feminino e da mulher como agente de mudanças contribui para a construção de políticas públicas mais justas, inclusivas e adequadas às realidades locais.

As ações de mobilização social por meio de manifestações públicas são vistas pela comunidade como esforços capazes de envolver uma maior quantidade de pessoas na busca de resolver problemas de interesse coletivo, atendendo necessidades mais amplas da comunidade. Essas manifestações têm cobrado melhorias principalmente nas condições dos ramais, na iluminação pública e na segurança.

Formação de rede de colaboração e parcerias

Conforme os associados, as redes de colaboração e as parcerias institucionais são fundamentais para viabilizar o desenvolvimento local. Essas alianças podem gerar benefícios diretos e duradouros, como projetos de assistência técnica e capacitação para agricultores e empreendedores locais; apoio jurídico para regularização fundiária; implantação de tecnologias sociais; iniciativas de educação ambiental e saúde comunitária; estímulo ao turismo sustentável e criação de planos participativos de desenvolvimento territorial.

O fortalecimento da associação local, a formação de lideranças comunitárias e a elaboração de projetos coletivos são passos importantes para que o Brasileirinho se torne um território atrativo para a cooperação interinstitucional. Nesse sentido, foram formadas parcerias com as seguintes instituições:

Embrapa

Em 2023, atendendo a uma demanda da liderança da Associação Produtora do Brasileirinho, a Embrapa Amazônia Ocidental iniciou ações na comunidade Brasileirinho, a fim de fortalecer e promover a produção agroflorestral local, por meio do projeto “Sistemas integrados de produção para agricultura familiar na região do Distrito Agropecuário da Suframa no Estado do Amazonas” (fig.3 e 4).

Iniciativas como essa são verificadas em diversos locais no mundo (Santos et al. 2020) e, especialmente no Brasil em estados como Pará, São Paulo, Rio Grande do Sul, Pernambuco, Amazonas (Alves et al., 2019), Minas Gerais (Korarasaki et al. 2017) e Paraná (Yonegura e Endlich, 2021). Para a difusão das tecnologias desenvolvidas pela Embrapa foi constituída parceria técnica com a agricultora Sílvia Rodrigues, líder da principal associação local para implantação de uma unidade de referência tecnológica (URT), de cultivo de açaí (BRS Pai D'Égua), cumaru e mandioca (BRS Catombo e BRS Jacundá) e abelhas melíponas. O processo de transferência de tecnologias é realizado por meio treinamentos e práticas em todas as etapas de manejo das culturas. Além da iniciativa citada, outros agricultores estão sendo beneficiados com a atuação da Embrapa, com vistas a fortalecer a agricultura local. A Embrapa considera que a expansão dessa prática, apoiada por políticas públicas e inovação tecnológica, tem o potencial de transformar cidades em espaços mais sustentáveis e resilientes, promovendo simultaneamente a geração de renda, a segurança alimentar, a inclusão social e a proteção ambiental (Ribeiro et al. 2015; Curan e Marques, 2021).

Figura 3: Mutirão para implantação de sistema integrado de produção.



Foto: Joanne Régis (2025).

Figura 4: Palestra sobre mandiocultura.



Foto: Joanne Régis, 2025.

O trabalho coletivo (mutirão) é uma prática realizada algumas vezes pela comunidade. No âmbito da atividade inserida em projeto da Embrapa, foram realizados dois mutirões para plantio do cultivo de mandioca (fig.5). Contudo, a comunidade poderia realizar mais atividades coletivas para trabalhos, principalmente, na área da agricultura.

Figura 5: Mutirão para plantio de mandioca em projeto com a Embrapa.



Foto: Joanne Régis (2025).

Prefeitura de Manaus

Lançado pela Prefeitura de Manaus, o Programa Manaus + Agro beneficiou, há cerca de três anos, 70 produtores do Ramal do Brasileirinho com a entrega de alevinos, sementes e kits de agricultura familiar.

Em 2025, a Prefeitura, por meio da Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento, Centro e Comércio Informal (Semacc), entregou uma casa de farinha para a associação local (fig.7), com investimento de R\$ 250 mil. Cerca de 150 famílias devem ser beneficiadas diretamente. O espaço está equipado com: máquinas de moagem, ralador, prensa mecânica, equipamentos de pesagem, forno e tacho, gerador de energia e bomba d'água. O objetivo é impulsionar a produção de mandioca e otimizar a produção de derivados como farinha, tucupi, tapioca e beiju (Prefeitura de Manaus, 2025).

Foi realizado o processamento da farinha de mandioca produzida na propriedade da sra. Sílvia Rodrigues em parceria com a Embrapa na casa de farinha comunitária mencionada.

Sebrae-AM

O Sebrae-AM e a Suframa realizaram a entrega da primeira etapa do georreferenciamento de lotes pertencentes à autarquia no ramal do Brasileirinho e no bairro do Puraquequara, integrantes das áreas de expansão da Suframa. Com recursos oriundos de emenda parlamentar, o Sebrae-AM contratou serviços de topografia e procurou a Suframa para obter uma lista de empreendimentos rurais que atendessem aos requisitos legais para a regularização fundiária.

IDAM

O Instituto de Desenvolvimento Agropecuário Florestal e Sustentável do Estado do Amazonas (IDAM) realizou, em 2024, 192 atendimentos relacionados à regularização de produtores rurais na área e a entrega de 37 documentos rurais referentes ao Cartão do Produtor Primário, Cadastro Nacional da Agricultura Familiar e Cadastro Ambiental Rural, que são emitidos e renovados pelo IDAM no Amazonas. Essa regularização é fundamental para que os agricultores tenham acesso às políticas públicas, facilitando a formalização de suas atividades e o desenvolvimento econômico local, porém, ainda é insuficiente para atender a todos (IDAM, 2024).

IFAM

O IFAM (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia) apoia iniciativas locais que buscam fortalecer a economia da comunidade, oferecendo cursos e palestras, promovendo práticas agrícolas sustentáveis, conforme o interesse do público local.

O cenário apresentado revelou que a comunidade Brasileirinho enfrenta uma série de desafios, mas também possui fortalezas e oportunidades para um futuro mais integrado e sustentável. A adoção das estratégias recomendadas a seguir poderá contribuir para que a comunidade Brasileirinho enfrente os desafios com maior resiliência e possam se integrar de maneira mais equilibrada ao crescimento da cidade de Manaus:

- Maior apoio do poder público, especialmente investindo em infraestrutura básica para garantir o acesso a serviços essenciais, como água potável, saneamento, transporte, segurança e saúde, assim como a melhoria da trafegabilidade dos ramais locais. Investimentos nessas áreas são indispensáveis para promover a justiça territorial, a inclusão social e a sustentabilidade nas comunidades amazônicas (Becker, 2009; Lima, 2016).

- A regularização fundiária deve ser vista não apenas como ato administrativo, mas como parte de estratégia mais ampla de acesso a direitos, à pacificação e resolução de conflitos e também como uma ferramenta para o desenvolvimento local e a inclusão social.

- A organização coletiva deve ser fortalecida por meio de redes de colaboração entre os produtores, outras organizações rurais, ONGs, instituições públicas e até mesmo com o setor privado. O Dimicro é uma excelente iniciativa da prefeitura que precisa ser melhor divulgada. O envolvimento dos associados com o Dimicro poderá criar fluxos econômicos com a formalização de novos pequenos negócios.

- O incentivo à economia local e ao fortalecimento de comércio e serviços dentro da própria comunidade também são formas de reduzir a dependência dos moradores em relação ao trabalho em Manaus.

- A comercialização coletiva é uma das grandes vantagens da organização entre produtores, mas requer que a organização esteja estruturada para negociações. A união de produtores facilita o acesso a mercados mais amplos, como contratos com

supermercados ou mercados institucionais como compras públicas e programas de alimentação escolar.

- Apoio à diversificação econômica por meio de programas de capacitação, cursos técnicos e incentivo ao empreendedorismo local.

- Implementação de políticas públicas inclusivas, voltadas para a formalização do trabalho e a ampliação da oferta de educação e qualificação profissional, especialmente para os jovens, a fim de aumentar a empregabilidade.

- Apoio à atividade turística tem potencial para contribuir com o desenvolvimento local. A valorização das belezas naturais existentes na área e a organização das atividades relacionadas ao recebimento do turista contribuirá para a geração de renda e trabalho.

- No caso específico da agricultura, os comunitários interessados necessitam de apoio governamental por meio de políticas públicas e facilitação de mercado, conforme Sousa e Calaça (2019). A insegurança fundiária, a falta de acesso ao crédito e a falta de assistência técnica permanente são entraves importantes. A expansão da agricultura, apoiada por inovação tecnológica e políticas públicas para inserção no mercado, tem o potencial de transformar cidades em espaços mais sustentáveis e resilientes, promovendo simultaneamente a segurança alimentar, a inclusão social e a proteção ambiental (Ribeiro et al. 2015; Curan e Marques, 2021). O fortalecimento da agricultura sustentável exige incentivos específicos à produção agrícola para adoção de tecnologias sustentáveis; foco nas culturas de interesse, especialmente mandioca, macaxeira, açaí, cupuaçu e banana e hortaliças; abertura e acesso a novos mercados; qualificação e constância da assistência técnica; agregação de valor aos produtos agrícolas e aumento da escala de produção agrícola.

- Melhoria da trafegabilidade dos ramais locais;

- Ampliação da coleta regular de resíduos sólidos, por meio de pontos de coleta bem distribuídos na comunidade. Essa ação é necessária para evitar impactos negativos sobre a saúde e sobre o meio ambiente.

Conclusões

A análise realizada neste estudo evidenciou que a comunidade Brasileira enfrenta uma multiplicidade de desafios interligados que exigem políticas públicas intersetoriais e adaptadas às dinâmicas locais, que combinem: Infraestrutura urbana

básica (água, esgoto, energia, mobilidade); Políticas sociais (educação, saúde, assistência técnica); Regularização fundiária e ambiental; Fomento à economia local, especialmente para a agricultura, com foco na inserção da mesma em políticas públicas ligadas à agricultura urbana e periurbana; Preservação ambiental e prevenção de riscos ambientais.

Partindo do princípio de que a expansão das cidades deve estar intrinsecamente vinculada à ampliação do acesso a infraestruturas indispensáveis à garantia de uma qualidade de vida adequada, torna-se imperativo que seja conduzida de maneira planejada.

Se os investimentos em infraestrutura não aumentarem na comunidade Brasileirinho, especialmente nas áreas de saúde, educação, saneamento e meio ambiente, comprometerá diretamente a qualidade de vida dos moradores e dificultará a inclusão da comunidade no contexto urbano de Manaus.

A promoção de instrumentos como o zoneamento ecológico-econômico, o planejamento e o ordenamento urbano, a construção de redes de colaboração, o protagonismo comunitário e a aplicação efetiva do Estatuto da Cidade são caminhos viáveis para reverter décadas de exclusão e garantir justiça territorial.

Referências

ALMEIDA, A.W. B. Catálogos do Centro de Ciências e Saberes Tradicionais Kokama Antônio Samias. *In*: ALMEIDA, A. W. B.; OLIVEIRA, M. A. (Org.). **Museus indígenas e quilombolas**: Centro de Ciências e Saberes. Manaus: UEA/Edições/PNCSA, 2017.

BECKER, B. K. **Amazônia**: geopolítica na virada do III milênio. 3. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

BRASIL. **Decreto Nº 11.700, de 12 de setembro de 2023**. Institui o Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana e o Grupo de Trabalho do Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana. Diário Oficial da União. Ed. 175, Sec. 1, p. 2, 2023.

BRASIL. Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional. **Atlas de Infraestrutura da Amazônia Legal**. Brasília: MIDR, 2022.

CERQUEIRA, D. S. e PIMENTEL DA SILVA, E. Condições de saúde e infraestrutura nas comunidades periféricas. **Revista Brasileira de Saúde Pública**, 42(3), 412-421. 2007.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Comunidade rural no entorno de Manaus (AM) reivindica regularização fundiária**. Disponível em:

<https://cptnacional.org.br/2024/02/26/comunidade-ubere-manaus/> Acesso em: mai 2025.

EMBRAPA Suínos e Aves. **Relatório técnico e de atividades 2022 [da] Embrapa Suínos e Aves**. Concórdia: Embrapa Suínos e Aves, 2024, 71p.

HESPANHOL, R.M. (2019) Agricultura urbana em Portugal: práticas espontâneas e institucionalizadas. **Confins**, n. 43, p. 1-22.

HOLLAND, M.; GURGEL, A.; CERQUEIRA, C.; SERIGATTI, F.; ANDRADE, J.M.A.; ALBUQUERQUE, P. e PIERI, R. **Zona Franca de Manaus: Impactos, Efetividade e Oportunidades**. FGV/Escola de Economia de São Paulo. 2019. 101p. Disponível em: <http://site.suframa.gov.br>. Acesso em: 02 de out. de 2024.

IDAM. **No ramal do Brasileirinho, Idam registra 192 atendimentos de regularização de produtores rurais**. Disponível em: <https://www.idam.am.gov.br/no-ramal-do-brasileirinho-idam-registra-192-atendimentos-de-regularizacao-de-produtores-rurais>. Acesso em: Mai de 2025.

LIMA, L. P. Infraestrutura e desigualdades socioespaciais na Amazônia urbana: uma análise a partir de Manaus. **Revista Cidades Amazônicas**, v. 5, n. 1, p. 45–63, 2016.

MATOS, J. S. de; MINHÓS, L. M.; PEREIR, A. K. P. Dinâmica do desmatamento no ramal do brasileiro, zona leste da cidade de Manaus, AM, nos anos de 2008 e 2017. **Revista Terceira Margem Amazônia**. v. 6, n. especial 16, p. 139-154, 2021.

MORRIS, M.; SIMONIAN, L. Mulheres, trabalho e meio ambiente: experiências no Brasil e na América Latina. In: HERCULANO, Selene (Org.). **Sociedade e meio ambiente: a questão ambiental em debate**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2006. p. 189–208.

NAÇÕES UNIDAS. **Habitat III: países adotam nova agenda para urbanização sustentável**. 2016. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/habitat-iii-paises-adotam-nova-agenda-para-urbanizacao-sustentavel>. Acesso em: mai 2025.

PREFEITURA DE MANAUS. **Prefeito David Almeida entrega casa de farinha no Ramal do Brasileirinho e beneficia 150 famílias**. <https://www.manaus.am.gov.br/noticia/agricultura/david-almeida-entrega-casa-de-farinha/> Acesso em: Mai de 2025.

PULIGHE, G.; LUPIA, F. (2016) Mapping spatial patterns of urban agriculture in Rome (Italy) using Google Earth and web-mapping services. **Land Use Policy, Guildford**, v. 59, p. 49-58.

RICCI, M.S.F.; MORAIS, L.A.S. e FERREIRA, L.S. **Estudo prospectivo das potencialidades e das limitações técnicas de agricultores urbanos da Zona Oeste do Município do Rio de Janeiro**. Seropédica: Embrapa Agrobiologia, 2021, 52p.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Edusp, 2006.

SOUZA, B.L.; MESQUITA, L.C. E LUNA, I.B.A. A finalidade da Zona Franca de Manaus e de seus incentivos. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v.9, n.7, p. 21766-21784, jul., 2023.

SEINFRA. **Seinfra retoma obras do Anel Leste**. Disponível em: <https://www.seinfra.am.gov.br/seinfra-retoma-obras-do-anel-leste/> Acesso em: Jul. de 2025.

SUFRAMA. **Dimicro é inaugurado por Alckmin em terreno cedido pela Suframa no Distrito 2**. Disponível em: <https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202307/dimicro-e-inaugurado-por-alckmin-em-terreno-cedido-pela-suframa-no-distrito-2> 2023. Acesso em: Abr. de 2025.

SUFRAMA. **Sebrae-AM entrega georreferenciamento de lotes da área de expansão da Suframa**. Disponível em: <https://www.gov.br/suframa/pt-br/assuntos/noticias/sebrae-am-entrega-georreferenciamento-de-lotes-da-area-de-expansao-da-suframa> 2024 Acesso em: Abr. de 2025.

Recebido: 30/03/2025

Aprovado: 12/04/2025

Publicado: 30/06/2025

